

Aviso

Procedimento sujeito à concorrência - Estabelecimento PNRF 22, código DGRM 269 - para atribuição de título de atividade aquícola (TAA) de uma parcela do domínio público hídrico destinada à instalação de estabelecimento de cultura moluscos bivalves, localizado em Tavira.

Por Despacho da Subdiretora-Geral, Dr.ª Isabel Ventura, de dia 10 de abril de 2024, e em cumprimento do n.º 4 do artigo 13º-A do Decreto-Lei n.º 40/2017 de 04 de abril, na sua redação atual, faz-se público que será aberto procedimento sujeito à concorrência, o qual se insere no procedimento de atribuição de Título de Atividade Aquícola, em regime extensivo, com uma validade de 10 anos, a localizar no Parque Natural da Ria Formosa, zona das Quatro Águas, em Tavira, e destina-se exclusivamente aos interessados que apresentaram pedido de atribuição de título publicitado através do Edital n.º PT2019ITAA002023504, para a referida área.

O procedimento é aberto à concorrência aos seguintes interessados proponentes:

Pedido BMAR	Nome Requerente	NIF Requerente
PT2019ITAA002023504	JOSÉ ANTONIO SILVA BUSATORI	229880819
PT2019ITAA001619805	FILIFE ANDRÉ FERNANDES PACHECO	220689881

A área a titular e objeto de procedimento corresponde a 770 m², inserida em domínio público hídrico, delimitada pelos vértices constantes do Quadro 1 e cuja planta de localização, com a delimitação da área a ocupar, consta do presente Aviso como figura 1.

Quadro 1 – Coordenadas geográficas do PNRF 22

Coordenadas Geográficas (WGS 84)		
Vértice n.º	Latitude	Longitude
1	37° 06' 55.36''N	-7° 37' 51.05''W
2	37° 06' 55.94''N	-7° 37' 50.06''W
3	37° 06' 55.51''N	-7° 37' 50.52''W
4	37° 06' 55.56''N	-7° 37' 49.62''W

Figura 1 – Planta de localização do PNRF 22



O procedimento a realizar terá, nos termos do artigo 13.º-B do Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril, na sua redação atual, os seguintes critérios de seleção e ordenação das propostas, indicando-se a respetiva valoração numa escala de 0 a 100 pontos:

1. Utilização de equipamentos adequados à localização do estabelecimento e materiais sustentáveis e biodegradáveis (25 Pontos);
2. Origem dos juvenis (25 Pontos);
3. Indicação das operações de recolha, tratamento de resíduos e destino final (30 pontos);
4. Mecanismos de mitigação do impacte ambiental do processo produtivo no meio aquático (20 pontos).

O procedimento será adjudicado e emitido o respetivo Título de Atividade Aquícola ao proponente que obtiver a classificação final mais elevada, sem prejuízo dos fatores a aplicar em caso de empate a constar no programa do procedimento.

Por não se verificar o condicionalismo do previsto no artigo 13.º-D do Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril, na sua redação atual, não há lugar a direito de preferência na atribuição do TAA.

Após publicitação do presente Aviso, a DGRM, no prazo de até 2 dias úteis, notificará os interessados acima identificados quanto ao teor do Programa do Procedimento, para estes, querendo, no prazo de 10 dias úteis, apresentarem as suas propostas e documentos que a compõem e acompanham.

Foi nomeado o júri do procedimento com a seguinte composição:

JÚRI DO PROCEDIMENTO

Presidente: Rui Oliveira, Chefe de Divisão de Aquicultura;

1º Vogal efetivo: Ana Paula Lima, Técnica Superior da Divisão de Aquicultura; que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;

2º Vogal efetivo: Jorge Garcez, Técnico Superior da Divisão de Aquicultura;

1º Vogal suplente: Susana Siborro, Técnica Superior da Divisão de Aquicultura;

2º Vogal suplente: Cristina Machado, Técnica Superior da Divisão de Aquicultura.

O período de consulta aos supra indicados interessados decorre de 22 de abril a 7 de maio.

Lisboa, 17 de abril de 2024

 O Diretor-geral

José Carlos Simão



Isabel Ventura
Subdiretora-Geral

Ph.